

V Reunião Ordinária do CONADE

DATA: 28 e 29 de novembro de 2000

LOCAL: Sala de Reuniões do 3º andar do Edifício sede do Ministério da Justiça - sala 324

REGISTRO DE PRESENCAS

Presentes:

| | |
|--|---------------------------------|
| Ministério da Justiça - suplente | Ismaelita Maria Alves de Lima |
| Ministério da Educação - suplente | Luzimar Camões Peixoto |
| Ministério da Saúde - titular | Sheila Miranda da Silva |
| Ministério do Esporte e do Turismo - titular | Nilma Garcia Pettengill |
| Ministério do Trabalho e Emprego - suplente | Iêda Ribeiro Dias dos Santos |
| Ministério dos Transportes - titular | Ernesto Augusto Lucas Neves |
| Ministério da Cultura - titular | Paulo de Tarso Barreto de Faria |
| Ministério Público Federal - representante | Humberto Jacques de Medeiros |
| Ministério Público do Trabalho - titular | Maria Aparecida Gugel |
| Casa Civil da Presidência da República | Edison Silveira Collares |

Convidada: Tania Maria Silva de Almeida - Diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos DPDH/SEDH

| | |
|--|---------------------------------------|
| SOB - titular | Cândida Maria Bittencourt Carvalheira |
| UBC - titular | Adilson Ventura |
| FBASD - suplente | Antônio Carlos Sestaro |
| ABRA - titular | Maria do Carmo Tourinho Ribeiro |
| FENASP - titular e vice-presidente do CONADE | Lizair de Moraes Guarino |
| FEBIEX - titular | Maria José Calheira L. T. da Silva |
| FENEIS - titular | Lúcia Severo da Costa |
| Federação Nacional das APAEs - titular | Flávio José Arns |
| Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação - titular | Linamara Rizzo Battistella |
| ONEDEF - titular | Regina Lúcia Barata Pinheiro |
| CUT - representante | Jocélio Drummond |
| FEBRABAN | Magnus Ribas Apostólico |

V Reunião Ordinária do CONADE - 2000

PAUTA

Período: 28 de novembro de 2000 - 9:00 às 18:00 horas

29 de novembro de 2000 - 9:00 às 17:00 horas

Local: Ministério da Justiça - Edifício Sede - 3º andar - sala 324

28. 11. 2000

horário: 9:00 às 12:00 horas

* Leitura e aprovação da Ata da IV Reunião Ordinária - 2000

* Composição final das Comissões Permanentes:

1. Comissão de Políticas Públicas,

- 1 (uma) vaga para a representação governamental

2. Comissão de Articulação de Conselhos

- 1 (uma) vaga para a representação governamental

- 2 (duas) vagas para a representação da sociedade civil

3. Comissão de Comunicação Social, e

- 1 (uma) vaga para a representação governamental

- 3 (três) vagas para a representação da sociedade civil

4. Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos

- 2 (duas) vaga para a representação governamental

- 1 (uma) vaga para a representação da sociedade civil

* Definição dos temas/produtos/planejamento/cronogramas a serem desenvolvidos pelas Comissões Permanentes

* Apresentação, pela vice-presidente e pela conselheira representante do Ministério da Justiça, sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho no intervalo percorrido desde a última reunião.

* Apresentação, pelos Conselheiros, dos resultados decorrentes de Eventos Nacionais. (inscrições na própria reunião)

28. 11. 2000

horário: 14:00 às 18:00 horas

* Lançamento do Livro " ROMPENDO O SILÊNCIO - Vítimas dos Ambientes de Trabalho" - Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região.

* Apresentação, pela representante do Ministério da Justiça, do desempenho dos projetos da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, em atendimento ao Decreto nº 3298/99, Art. 11 - inciso IX e da proposta orçamentária de 2001

* Apresentação e encaminhamento formal à representante do Ministério da Saúde, do parecer emitido pela Comissão Temática, instituída para analisar o título: "O Trabalho dos Portadores de Deficiência no Brasil" de autoria do Prof. Dr. José Pastore.

* Definição do cronograma de reuniões de 2001

* Informes da Secretaria-Executiva

29. 11. 2000

horário: 9 :00 às 12:00 horas

* Seminário com os Conselhos Estaduais de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

* Conselho Estadual do Direito das Pessoa Portadora de Deficiência CONDEF - Espírito Santo

* Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência - CEAPPD - São Paulo

* Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CEPDE - Rio de Janeiro

* Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONEPE - Santa Catarina

* Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência - CONSEP - Mato Grosso do Sul

29. 11. 2000

horário: 14 :00 às 17:00 horas

* Apresentação, pela representante do Ministério Público Federal, sobre o Art. 127, parágrafo 1º - "São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional".

* Debates e Deliberações

* Informes Gerais

* Outros assuntos

* Sugestões para a pauta da próxima Reunião Ordinária

ABERTURA

A senhora Presidente, em exercício, Lizair de Moraes Guarino, abriu a sessão plenária da V Reunião Ordinária do CONADE, dando as boas vindas aos Conselheiros.

LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONADE

Iniciou-se a leitura da Ata da IV Reunião Extraordinária do CONADE que, após leitura e algumas considerações, foi aprovada por todos.

COMPOSIÇÃO FINAL DAS COMISSÕES PERMANENTES

Após discussões ficaram assim constituídas as Comissões:

* COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Representação Governamental

* Ministério da Previdência e Assistência Social (Coordenador pró-tempore)

* Ministério da Educação

* Ministério da Saúde

Representação da Sociedade Civil

- * União Brasileira de Cegos
- * Ordem dos Advogados do Brasil
- * Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

* COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO DE CONSELHOS

Representação Governamental

- * Ministério da Justiça
- * Ministério do Esporte e Turismo
- * VAGO

Representação da Sociedade Civil

- * Sociedade Brasileira dos Ostomizados (Coordenador pró-tempore)
- * ONEDEF
- * FEBIEX

* COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Representação Governamental

- * Ministério Público Federal (Coordenador pró-tempore)
- * Ministério dos Transportes
- * VAGO

Representação da Sociedade Civil

- * Federações de Empregadores
- * Sociedade Pestalozzi
- * VAGO

* COMISSÃO DE ANÁLISE, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATOS NORMATIVOS

Representação Governamental

- * Ministério Público do Trabalho
- * Ministério do Trabalho e Emprego
- * Casa Civil da Presidência da República

Representação da Sociedade Civil

- * Associação Brasileira de Autismo (Coordenador pró-tempore)
- * Federação Nacional para Integração e Educação de Surdos
- * Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação

DEFINIÇÃO DOS TEMAS/PRODUTOS/PLANEJAMENTO/CRONOGRAMAS A SEREM DESENVOLVIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

A conselheira Sheila sugeriu, como tema para a Comissão de Políticas Públicas, uma apreciação das políticas já existentes na área do portador de deficiência, à luz do Decreto nº 3.298. A conselheira Maria José indagou se o CONADE poderia solicitar aos estados que apresentassem o representante dos Conselhos das Secretarias de Justiça para que fosse feita uma articulação com os Conselhos Estaduais. A conselheira Cândida falou que a Comissão de Articulação de Conselhos deveria se reunir e traçar como seria feita esta articulação. O conselheiro suplente Carlos Ajur colocou que seria interessante a Comissão de Articulação de Conselhos, manter uma articulação com os Conselhos

Nacionais, porque estes conselhos também tratam de assuntos relacionados ao portador de deficiência e sugeriu também, que o CONADE fizesse gestão junto às Secretarias Estaduais, onde fosse funcionar os conselhos, com a finalidade de criarem os Conselhos Estaduais do Portador de Deficiência e estimular os municípios a criarem também, os seus conselhos. A Vice-Presidente, Sra. Lizair achou interessante esta sugestão. A seguir, a Sra. Cynthia, por solicitação do conselheiro Adilson, apresentou o Programa de financiamento para implantação de conselhos existente na CORDE, informou está sendo elaborado um termo de referência sobre o tema. A conselheira Regina Barata, referindo-se à sugestão do conselheiro suplente Carlos Ajur, falou que seria mais viável promover fóruns de articulação, para que seja percebida a importância de uma organização de portadores de deficiência, caso contrário teremos apenas estruturas de conselhos. Enfatizou que é importante fomentar o funcionamento dos conselhos já existentes por julgar que foram criados a partir da demanda do movimento dos portadores de deficiência.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO NO INTERVALO PERCORRIDO DESDE A ÚLTIMA REUNIÃO

A Vice-Presidente, Sra. Lizair Guarino informou que esteve na Secretaria da Receita Federal, acompanhada do conselheiro Adilson Ventura para discutir sobre a facilitação no processo de importação de produtos para portadores de deficiência. O conselheiro Adilson sugeriu que fosse levado à referida Secretaria, um documento baseado em fatos já acontecidos para subsidiar esta solicitação. Ficou decidido que a Comissão de Políticas Públicas providenciaria este documento. A Vice-Presidente falou que esteve no Ministério da Saúde para entregar o ofício contendo reivindicações do CONADE. Falou também, que participou de reunião do Conselho de Saúde, ocasião em que foi exposto pela conselheira Linamara, a Política Nacional de Saúde, a qual vai ser votada dia 5(cinco) de dezembro próximo. Falou que o Projeto de Acessibilidade já foi votado e deve ser aprovado ainda hoje, dia 28.11.2000. Informou que o Projeto de Lei nº 44, encontra-se no Senado Federal, após ter tramitado em vários setores e foi informada que o Sr. Pastore estava querendo retirar o parágrafo IV, deste Projeto. A conselheira Aparecida Gugel defendeu a aprovação deste Projeto de Lei. O conselheiro Magnus falou que não há uma articulação específica da FEBRABAN sobre esta questão. Informou que é representante da Confederação das Patronais e que há uma reivindicação da mesma, para que haja uma revisão desta legislação, no sentido de aumentar as oportunidades do portador de deficiência de uma forma considerada mais possível e mais racional. Falou que o parágrafo 4º não cabe nesta Legislação. A conselheira Regina Barata enfatizou que a retirada do parágrafo 4º, do Projeto de Lei em questão, irá prejudicar um direito do portador de deficiência. O conselheiro Adilson Ventura falou que é necessário observar os critérios de formação de mão-de-obra para que possamos cumprir a questão da reserva de vagas, da Lei nº 8.213, uma vez que os cursos de capacitação do portador de deficiência são elaborados para pessoais normais. A conselheira Maria José concordou com a colocação do conselheiro Adilson Ventura sobre os cursos de capacitação para o portador de deficiência. A Vice-Presidente, Sra. Lizair Guarino sugeriu que fosse enviado um ofício solicitando ao Ministério do Trabalho e Emprego que apresente uma avaliação quantitativa e qualitativa da aplicação dos recursos do FAT em capacitação do portador de deficiência.

LANÇAMENTO DO LIVRO "ROMPENDO O SILÊNCIO - VÍTIMAS DO

AMBIENTE DE TRABALHO" - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO

O Sr. Clemente, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região fez a apresentação do Livro "ROMPENDO O SILÊNCIO - Vítimas do Ambiente do Trabalho", falando de alguns casos citados no livro. Ao final de sua apresentação foi distribuído um exemplar a todos os presentes.

DEFINIÇÃO DO CRONOGRAMA DE REUNIÕES DE 2001

Definiu-se o seguinte cronograma de reuniões:

- * VI Reunião Ordinária - 13 e 14 /3
- * VII Reunião Ordinária - 19 e 20/6
- * VIII Reunião Ordinária - 18 e 19/9
- * IX Reunião Ordinária - 4 e 5/12

INFORMES GERAIS

O Representante do Ministério Público, Dr. Humberto, relatou as providências adotadas a partir de colocações feitas nas reuniões no CONADE. Primeiramente falou sobre o protesto do conselheiro Adilson Ventura a respeito do tratamento dispensado pelas agências bancárias aos portadores de deficiência visual, informando que foi feita pelo Ministério Público Federal, uma recomendação, entregue pessoalmente ao Presidente do Banco Central, no dia 21 de outubro, para que observasse a adaptação das atuais e futuras instalações de acordo com a norma da ABNT, NBR 90/50 como também, que qualquer tipo de contrato bancário seja genérico em base dos portadores de deficiência civilmente capazes, sem a exigência de nomeação de procuradores ou representantes para movimentação de contas correntes ou outros ativos, inclusive através do uso de cartão magnético e cheques, disponibilizando exemplares destes contratos em Braille. Foi também recomendado a confecção e utilização de cartão magnético com dizeres em relevo e o treinamento de funcionários, inclusive os terceirizados para prestarem serviços de atendimento aos clientes e usuários com necessidades especiais. Esta recomendação será também enviada ao CONADE, OIT e OAB. Sugeriu que o CONADE endossasse ao Banco Central a relevância da atenção do sistema bancário brasileiro a essa clientela que merece e têm o direito a uma atenção adequada. A segunda comunicação feita pelo Dr. Humberto, foi que o TRE do Rio de Janeiro realizou um levantamento sobre os portadores de deficiência e as zonas eleitorais para a produção de zonas eleitorais acessíveis. Informou que o Ministério Público contactou com a Presidência do TRE do Rio de Janeiro, o qual respondeu com um ofício

colocando que estava extremamente orgulhoso com o que fez. Este ofício foi enviado ao Ministro do Superior Tribunal Eleitoral, o qual se mostrou sensivelmente favorável à questão. O conselheiro Adilson Ventura agradeceu a ação do Ministério Público quanto ao problema dos Bancos com relação aos portadores de deficiência. Passando aos informes, falou que no ano de 1997 foi criada a Comissão para o Desenvolvimento das Associações de Cegos dos Países de Língua Portuguesa, e que no evento "5ª Assembléia Mundial", da União Mundial de Cegos, o Brasil assumiu a presidência desta Comissão, por 4(quatro) anos, na pessoa do Presidente da União Brasileira de Cegos. Citou a discriminação sofrida em hotel, na Austrália, quando participava do evento acima citado e informou que protestaria junto à União Mundial de Cegos e enviaria uma carta protesto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A conselheira Aparecida Gugel colocou à disposição de todos, os Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, sobre o cumprimento das cotas. Falou que o Estado do Paraná vem fazendo a inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, há uns 5 ((cinco) e que o Ministério Público do Trabalho, no Paraná, notificou 2.000(duas mil) empresas para o cumprimento da cota. Destas empresas, somente 19 empresas deixaram de atender Ministério público. Citou ainda, a ação do Ministério Público do Trabalho em outros estados. A conselheira Ismaelita solicitou que fossem indicadas as pessoas para integrarem a Comissão Especial, uma vez que já está estabelecido o seu calendário de trabalho. Falou da promulgação da Lei nº 10.048/2000, a qual contém dois artigos que tratam do transporte acessível e que se encontra na Home Page da CORDE. Informou que o Senado Federal acabara de aprovar o Projeto de Lei nº 34. O Dr. Humberto citou a alteração ocorrida no Código Civil, beneficiando o portador de deficiência. A conselheira Marilene Ribeiro apresentou a todos, a Professora Landejane que falou sobre o Programa de Educação Profissional para Alunos Portadores de Deficiência, implementado pelo Ministério de Educação, através da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico e a Secretaria de Educação Especial. Ao final de sua explanação, informou que entregaria a todos uma cópia do referido projeto e respectiva legislação. A conselheira Maria Tereza comunicou que um portador de síndrome de Down foi retirado da escola que freqüentava sob a alegação de que não tinha condições de continuar freqüentando a escola regular. A conselheira solicitou que o representante do Ministério Público, Dr. Humberto, se pronunciasse a respeito. O Dr. Humberto informou que tendo em vista a comunicação de ocorrência de fato semelhante, o Ministério Público já contatou a Promotoria de Educação, no sentido de que sejam

repensadas as bases de inclusão do portador de deficiência no ensino regular. Sugeriu que se convidasse a Secretaria de Educação para explicar esta situação.

APRESENTAÇÃO PELA REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DO DESEMPENHO DOS PROJETOS DA COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CORDE, EM ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 3298/99, ART. 11, INCISO IX E DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2001.

A conselheira Ismaelita, apresentou os projetos financiados pela Coordenadoria, neste exercício, dentro das seguintes Ações: Capacitação, Campanha Educativa, Eliminação de Barreiras Arquitetônicas, Implantação de Conselhos, Promoção de Eventos, Implantação do Sistema CORDE de Informações e Estudos e Pesquisas.

APRESENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO FORMAL À REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DO PARECER EMITIDO PELA COMISSÃO TEMÁTICA, INSTITUÍDA PARA ANALISAR O TÍTULO: "O TRABALHO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NO BRASIL" DE AUTORIA DO PROF. DR. JOSÉ PASTORE.

A Vice-Presidente, Sra. Lizair Guarino leu a nota informativa sobre o Livro: "O Trabalho dos Portadores de Deficiência no Brasil", formulada pela Comissão instituída para tal fim.

SEMINÁRIO COM OS CONSELHOS ESTADUAIS DE DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

A Vice-Presidente, Sra. Lizair Guarino desejou, aos representantes dos conselhos, boa estada em Brasília e passou a palavra à Conselheira Ismaelita, que deu boas vindas a todos e ressaltou a importância dos Conselhos no controle social. A Sra. Cynthia fez a leitura dos representantes de cada Conselho. Foi iniciada a apresentação pela Presidente do Conselho Estadual do Direito da Pessoa Portadora de Deficiência, do Espírito Santo. Após, seguiu-se a explanação dos demais conselhos.

DEBATES E DELIBERAÇÕES

A Vice Presidente relacionou as propostas feitas pelos conselheiros, quais sejam: realização da próxima reunião do CONADE, elaborar moção dirigida ao Governador do Rio de Janeiro, sobre a situação do Conselho, daquele Estado, realizar uma Conferência Nacional de Conselhos no ano de 2002, aprovadas pela plenária.

SUGESTÕES PARA A PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Discutir o comparecimento e permanência dos conselheiros nas reuniões do CONADE. A conselheira Marilene Ribeiro solicitou que fosse colocado na pauta da I Reunião do CONADE, em 2001, a apresentação do programa de capacitação de professores do

ensino regular. A conselheira Regina Barata sugeriu que: 1º - fosse convidado o Governo do Rio de Janeiro, para que exponha sobre a questão do Conselho do Portador de Deficiência, daquele Estado; 2º - reunir as Comissões, no dia anterior à reunião do CONADE, para que elaborem seus planos de trabalhos.

ENCERRAMENTO

A reunião foi encerrada às dezessete horas com os agradecimentos da Presidente, em exercício. Esta ata vai por mim assinada, Zulma Monteiro de Castro, responsável pela Secretaria-Executiva, que a redigi baseada nas fitas de gravação desta reunião, que se encontram arquivadas na Secretaria do CONADE.